



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO
EDITAL DE ABERTURA Nº 12/2015 - DRH-SELAP-CONJUIZ

**SEGUNDA ETAPA:
PROVA ESCRITA DISCURSIVA**

QUESTÕES		
NUMERAÇÃO	MATÉRIA	PONTUAÇÃO
Questão nº: 01	Direito Civil	Até 1,00
Questão nº: 02	Direito Processual Civil	Até 1,00
Questão nº: 03	Direito Ambiental	Até 1,00
Questão nº: 04	Direito do Consumidor	Até 1,00
Questão nº: 05	Direito Penal	Até 1,00
Questão nº: 06	Direito Processual Penal	Até 1,00
Questão nº: 07	Direito Constitucional	Até 1,00
Questão nº: 08	Direito Tributário	Até 1,00
Questão nº: 09	Direito Administrativo	Até 1,00
Questão nº: 10	Psicologia Judiciária	Até 1,00



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____



INSTRUÇÕES

- 1 O Talão de Identificação constante da capa do CADERNO DE RESPOSTAS da Prova Discursiva deverá ser assinado no lugar indicado (conforme documento de identidade apresentado). O candidato que, de qualquer forma, colocar sinais que revelem ou insinuem sua identidade em campo diverso daquele indicado para sua assinatura terá a prova anulada.
- 2 Este CADERNO DE QUESTÕES contém 10 (dez) questões discursivas. Caso este CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Preencha seu nome com letra de forma na Capa deste CADERNO DE QUESTÕES.
- 4 A duração da Prova Discursiva será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento, à tinta, do CADERNO DE RESPOSTAS, que será imediatamente recolhido ao final desse prazo.
- 5 Durante a realização da Prova, não serão permitidos o uso de relógio, máquina calculadora, computador, inclusive *palm*s e similares, quaisquer equipamentos eletrônicos, telefone celular, *pager* ou qualquer outro meio de comunicação, bem como portar arma. O candidato que se apresentar no local de provas com qualquer tipo de aparelho eletrônico deverá desligá-lo e entregá-lo ao fiscal de sala.
- 6 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova 2 (duas) horas após o seu início. Não será autorizado ao candidato levar o CADERNO DE QUESTÕES da Prova Discursiva.
- 7 Será permitida consulta somente à Legislação desacompanhada de anotações, comentários, exposições de motivos, transcrições jurisprudenciais, súmulas, enunciados e orientações de quaisquer natureza, sendo igualmente vedada a consulta a obras doutrinárias. (Conforme orientações especificadas no Edital de Convocação à Prova Discursiva da Segunda Etapa.)
- 8 Não será permitido o uso de líquido corretor de texto, borracha ou assemelhados, nem o de caneta hidrográfica fluorescente. Em caso de engano ou erro na resposta, a retificação feita pelo candidato deverá ser precedida das expressões “ressalvo” ou “digo”, sob pena de ser considerada não escrita a sentença.
- 9 As folhas utilizadas para rascunho não fazem parte integrante da prova nem serão consideradas para efeito de correção, em nenhuma hipótese.
- 10 As questões deverão ser respondidas com letra legível, utilizando-se caneta de tinta azul ou preta indelével. Somente serão consideradas as respostas que estiverem no CADERNO DE RESPOSTAS e no espaço específico das questões a que correspondem. É de inteira responsabilidade do candidato comparecer à prova com caneta. A FAURGS não fornecerá caneta a candidatos.
- 11 Serão consideradas não escritas as provas ou trechos de prova que forem ilegíveis. Serão também consideradas não escritas as meras reproduções, no todo ou em parte, de textos de lei ou atos normativos. (Arts. 54 e 55 da Resolução 1079/2015-COMAG)
- 12 Não serão fornecidas folhas extras e não haverá substituição de folhas de respostas em nenhuma hipótese.
- 13 As respostas a cada questão discursiva não poderão exceder 32 (trinta e duas) linhas. Caso ultrapassem esse limite, não serão consideradas (ou avaliadas) a partir da 33ª (trigésima terceira) linha.
- 14 Ao término da prova, o CADERNO DE QUESTÕES e o CADERNO DE RESPOSTAS deverão ser devolvidos ao fiscal de sala.
- 15 Concluídas as provas, será processada a desidentificação, à qual o candidato poderá assistir.

Instrução: Responda às questões **01** a **10**, em até trinta e duas linhas para cada questão, no CADERNO DE RESPOSTAS, atendo-se ao solicitado.

01. Discorra sobre o nascimento e sobre o procedimento para a extinção da personalidade da pessoa jurídica de direito privado, abordando os seguintes aspectos:

- A) a constituição da pessoa jurídica e seus principais efeitos;
- B) a sequência de atos necessários para a extinção da personalidade da pessoa jurídica e seus principais efeitos.

02. O Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) tentou concretizar, em diversos níveis, a concepção do processo como meio para obtenção da tutela adequada, efetiva e tempestiva dos direitos. Nesse sentido, houve uma importante alteração no que respeita à sistematização da tutela provisória, agora dividida em tutela de urgência e tutela da evidência. Ademais, o Novo Código de Processo Civil também disciplinou o julgamento antecipado parcial do mérito, detalhando os seus contornos gerais.

Diante desse contexto, relacione a tutela da evidência e o julgamento antecipado parcial do mérito, destacando os seguintes aspectos em relação a cada um dos institutos em questão:

- A) o respectivo fundamento constitucional específico;
- B) a necessidade ou não do prévio contraditório;
- C) a profundidade da cognição judicial;
- D) a possibilidade ou não de revogação do provimento pelo órgão judicial que o concedeu.

Adverte-se que as respostas devem ser fundamentadas, não se admitindo mera indicação de institutos, dispositivos legais e simples afirmação ou negação do enunciado.

03. O Município "X" lacrou um poço artesiano, autuando seu proprietário por inexistência de autorização e descumprimento de legislação que vedava a exploração dos recursos hídricos por particular naquela área. O Tribunal de origem entendeu que a competência do Município para fiscalizar cingia-se, exclusivamente, à proteção da saúde pública.

Informações complementares: testes comprovaram que a água era potável, sem risco para a saúde. Não há controvérsia quanto à legislação, que, segundo o Ministério Público, veda a perfuração e a exploração de poço artesiano na área.

Analise, com fundamentação legal e constitucional, com amparo na doutrina e nas decisões dos Tribunais Superiores, a decisão proferida pelo Poder Judiciário sob os seguintes aspectos:

- A) princípios constitucionais ambientais aplicáveis.
- B) princípios e aspectos da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97) e legislação afim.
- C) competência (e respectivo Poder de Polícia), dos Municípios e outros entes da federação, relacionada à tutela dos recursos hídricos (perfuração do poço artesiano).

04. Considere a seguinte situação:

Roberto, médico, residente e domiciliado na cidade de Santa Maria/RS, adquiriu um veículo zero quilômetro junto a uma concessionária da marca "X" em março de 2010. O carro tinha prazo de garantia contratual de três anos. Passados seis anos da compra do automóvel, em junho de 2016, quando trafegava com o veículo em Porto Alegre/RS, este desligou na via, estando a 60Km/h (que era o limite legal), levando Roberto a realizar uma manobra brusca, e que o fez atingir um pedestre na calçada. Este pedestre sofreu lesões, ficando com cicatrizes no rosto. Acerca do acidente, Roberto também foi atingido com gravidade, ficando internado em hospital, muito embora tenha sobrevivido sem sequelas. O veículo precisou de consertos internos e externos.

Sobre a manutenção do veículo, Roberto sempre realizou, junto à concessionária na qual havia adquirido o carro, todas as revisões indicadas pelo fabricante, cuja sede fica em Curitiba/PR. Submetido à análise técnica, ainda em 2016, foi constatado, sem sombra de dúvidas, que o carro havia sofrido uma pane geral, sendo identificados sérios problemas de fabricação, como projeto e montagem do carro. Sobre o caso, responda, fundamentadamente, as assertivas abaixo.

- A) Sobre o dano descrito, caso Roberto ingressasse em juízo para postular reparação por danos morais e materiais, poderia acionar a concessionária que lhe vendeu o carro, seja isoladamente ou em conjunto com o fabricante?
- B) Na eventual defesa judicial, o fornecedor demandado poderia sustentar decadência ou prescrição de eventual direito de Roberto à reparação dos danos indicados?
- C) Acerca do pedestre lesionado, este poderia se valer das normas do Código de Defesa do Consumidor para pleitear eventual indenização?

05. Disserte, à luz dos conceitos da teoria geral do delito, sobre os critérios firmados pela jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal quanto aos requisitos para o reconhecimento do princípio da insignificância.**06.** Disserte sobre a "testemunha de ouvir dizer", apontando seu conceito, sua classificação como tipo de prova testemunhal e sua possibilidade, ou não, de utilização no direito processual penal brasileiro.**07.** O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento em relação ao controle de constitucionalidade de normas constitucionais originárias. Considerando a jurisprudência do STF, esclareça a posição adotada pelo Tribunal em relação ao controle de constitucionalidade de normas constitucionais originárias, indicando o caso concreto que levou ao questionamento perante o Tribunal, e, de forma detalhada, explique os fundamentos utilizados pelo STF na decisão.**08.** O Estado do Rio Grande do Sul move uma ação de execução por débitos de ICMS contra a empresa A&B Ltda. Após diversas tentativas de citação da empresa, o oficial de justiça certificou que: "*A empresa não foi localizada no endereço fornecido como seu domicílio fiscal*". Diante disso, o representante da Fazenda Pública requereu a responsabilização pessoal dos sócios da executada.

A empresa A&B Ltda. é formada pelo sócio "A" e pelo sócio "B". De acordo com o contrato social, a administração da sociedade foi atribuída ao sócio "A", e cada um dos sócios detêm 50% do capital social.

Frente a essas circunstâncias, examine a viabilidade do pedido formulado pela Fazenda Pública, discorrendo sobre:

- A) a presença dos pressupostos que autorizam o redirecionamento, levando em consideração a legislação tributária e a jurisprudência tributária; e
- B) as condições que legitimam a responsabilização do sócio "A" e/ou do sócio "B".

Fundamente a resposta, indicando os dispositivos legais pertinentes.

09. Comente o seguinte fato, conforme as normas da Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Autoridade administrativa estadual realizou, com dispensa de licitação, a locação de imóvel mediante contrato verbal por prazo indeterminado, com valor locativo notadamente superior ao valor de mercado, observando exclusivamente o requisito de sua localização.

10. A evolução do direito implicou uma mudança de paradigma na maneira de lidar com os conflitos, especialmente no sentido do reconhecimento da autocomposição em relação à tradicional forma heterocompositiva para a resolução de litígios.

A) Com base na afirmação acima, explique tecnicamente o que constitui:

- i) heterocomposição;
- ii) autocomposição.

B) Estabeleça, a partir da concepção trazida pelo Novo Código de Processo Civil, em vigor a partir de março de 2016, duas (2) diferenças entre os mecanismos de mediação e conciliação.

C) A mediação e a conciliação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e a sua apropriada disciplina em programas já implementados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças (Res. 125/2010, CNJ).

A partir da referida Resolução (125/2010), explique, sob a ótica da Psicologia Judiciária, como o mecanismo não adversarial, confidencial e voluntário, no qual um terceiro (imparcial) facilita e auxilia a construção de soluções mutuamente satisfatórias, pode aproximar o tempo da resolução do conflito jurídico (fático, externo, cronológico) e o tempo da elaboração do conflito psicológico (emocional, interior e lógico).

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32

RASCUNHO